

política

Gaúchos lideram doações em vaquinhas eleitorais

Dos 50 pré-candidatos que mais receberam recursos, 5 são do RS



Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Dois meses após o início da arrecadação via financiamento coletivo para campanhas eleitorais de 2026, as doações já superaram a marca de R\$ 6 milhões. Na comparação entre os colégios eleitorais, o Rio Grande do Sul, que é apenas o sexto maior do País, está na segunda colocação entre os estados cujas pré-candidaturas mais receberam doações em vaquinhas eleitorais, atrás apenas de São Paulo, que desponta como a unidade federativa com maior número de eleitores.

Até esta quinta-feira, as pré-candidaturas gaúchas receberam um total de R\$ 813 mil, ante R\$ 1,25 milhão das paulistas. Os dados são do portal QueroApoiar, um dos dez homologados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para viabilizar as vaquinhas, e que apresenta um ranking dos

pré-candidatos, estados e partidos que mais receberam doações.

Na comparação entre estados e considerando apenas os recursos para pré-candidaturas a deputado estadual, federal ou senador - também há opções de doações para presidenciais -, já foram destinados mais de R\$ 5 milhões, o que significa que os gaúchos receberam mais de 16% deste montante.

Além de ser o segundo estado que mais recebeu recursos, o Rio Grande do Sul conta com dois políticos entre os dez mais beneficiados pelo financiamento coletivo no Brasil e cinco entre os cinquenta principais. Lideram as vaquinhas no Estado o pré-candidato ao Senado Marcel van Hattem (3º, R\$ 381 mil, Novo); pré-candidato a deputado estadual Humberto Matos (6º, R\$ 161 mil, PCdoB); pré-candidato a deputado federal Rony Gabriel (13º, R\$ 71 mil, Podemos); pré-candidato a deputado federal Felipe Camozzato (37º, R\$ 24 mil, Novo); e pré-candidato a deputado estadual Giuseppe Riesgo (46º, R\$ 21 mil, Novo).

Somadas, estas cinco pré-candidaturas já acumulam R\$ 659 mil, equivalente a cerca de 81% do volume total destinado no financiamento coletivo a políticos do Estado, em um universo de 94 campanhas cadastradas no portal QueroApoiar. Vale ressaltar que há outras nove plataformas de vaquinhas homologadas no TSE às quais os políticos podem se cadastrar para receber recursos.

Na comparação entre os partidos cujos pré-candidatos mais receberam recursos no Estado, o Novo se destaca: foram recebidos R\$ 485 mil nas 30 campanhas cadastradas. Na sequência estão as duas siglas cujos políticos aparecem entre os cinquenta que mais receberam recursos no Brasil, que é o PCdoB (R\$ 163 mil) e o Podemos (R\$ 73 mil). Ou seja, em ambos os casos as duas pré-candidaturas de destaque concentram quase 100% dos repasses.

Quanto ao contexto nacional, o líder de arrecadação no Brasil é o pré-candidato à Presidência da República Renan Santos, do recém criado Partido Missão, que em 2026 disputará suas pri-

Ranking de doações em vaquinhas por estados

São Paulo

R\$ 1.255.237,74

Rio Grande do Sul

R\$ 813.091,54

Rio de Janeiro

R\$ 790.599,21

Pernambuco

R\$ 610.394,10

Minas Gerais

R\$ 264.133,52

Gaúchos que estão entre os 50 que mais receberam

Pré-candidato a senador

Marcel van Hattem (Novo)
R\$ 381.140,52

Pré-candidato a deputado estadual

Humberto Matos (PCdoB)
R\$ 161.211,38

Pré-candidato a deputado federal

Rony Gabriel (Podemos)
R\$ 71.629,22

Pré-candidato a deputado federal

Felipe Camozzato (Novo)
R\$ 24.308

Pré-candidato a deputado estadual

Giuseppe Riesgo (Novo)
R\$ 21.420

I Cargo que disputará
I Quantia recebida (até 16/7)

FONTE: [HTTPS://QUEROAPOIAR.COM.BR/](https://QUEROAPOIAR.COM.BR/)

meiras eleições. Renan tem forte atuação nas redes sociais e já recebeu R\$ 1,15 milhão em doações para a campanha, marca superior

ao dobro do segundo colocado, Jones Manoel (R\$ 461 mil, PSOL), pré-candidato a deputado federal por Pernambuco.

Moraes assume Supremo Tribunal Federal no recesso e decidirá sobre questões urgentes



Alexandre de Moraes será empossado no cargo nesta sexta-feira

/ STF

O ministro Alexandre de Moraes assumirá na sexta-feira a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e ficará à frente da corte até o fim do recesso, em 31 de julho. Ele decidirá sobre questões urgentes durante o período, como determina o regime interno.

Moraes é atualmente vice-presidente do Supremo. O tribunal é chefiado pelo ministro Edson Fachin. Os dois tomaram posse nos postos em setembro de 2025, reeditando a dobradinha do Tribunal Superior Eleitoral de 2022.

Tradicionalmente, o STF tem dois períodos de recesso: entre o fim e o início do ano, de dezembro a janeiro, com a abertura oficial do ano judiciário em fevereiro, e na metade do ano, em julho. As sessões plenárias e os prazos processuais são suspensos, mas há um regime de plantão para decidir medidas urgentes.

A diretora-geral do STF, Desdêmona Tenório de Brito Toledo Arruda, suspendeu os prazos processuais de 2 a 31 de julho de 2026, prorrogando as datas para 3 de agosto. É comum durante o recesso que alguns ministros de-

cidam não interromper o trabalho em ações de sua relatoria. André Mendonça, que está à frente dos casos do Master e das fraudes do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Gilmar Mendes, Flávio Dino e Kassio Nunes Marques, trabalham normalmente.

Já Dias Toffoli decide apenas em processos que sejam reclamações, petições, inquéritos e mandados de segurança, enquanto Cristiano Zanin responde em inquéritos, ações penais e naquelas que, por prevenção, estejam a eles vinculados. Os ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux estão de férias.

Ministro dá 5 dias para PGR opinar se Bolsonaro descumpriu cautelar em carta

/ INVESTIGAÇÃO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de cinco dias para a Procuradoria-Ge-

ral da República (PGR) opinar se Jair Bolsonaro (PL) descumpriu medidas cautelares após o seu filho, Flávio Bolsonaro, ler uma carta do ex-presidente nas redes sociais. O despacho foi publica-

do na tarde desta quarta-feira.

Em prisão domiciliar, Bolsonaro está proibido de utilizar redes sociais, seja diretamente ou por meio de terceiros.

Na última segunda-feira,

Moraes proibiu visitas de Flávio a Jair Bolsonaro por 90 dias.

Em manifestação enviada a Moraes nesta quarta-feira, a defesa de Jair Bolsonaro alegou que o ex-presidente “ja-

mais soube que a carta seria publicizada, tampouco houve qualquer orientação, ajuste ou combinação prévia acerca da utilização de redes sociais para esse fim”.